

Cunha, V. (1998). O ensino superior nos territórios ocupados da Palestina. *Millenium*, 10

O ENSINO SUPERIOR NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS DA PALESTINA

VASCO OLIVEIRA E CUNHA *

* Professor-Coordenador da ESEV

O presente artigo é um documento com características essencialmente de informação sobre uma região singular do mundo - a Palestina. Mais especificamente, os Territórios Ocupados por Israel (excluindo os Montes Golan, uma parcela do território nacional sírio), frequentemente apresentados de forma parcial e, portanto, inquinada.

Na sua génese está a participação do autor num conjunto de comunicações sobre o ensino superior no Mediterrâneo (uma delas dedicada aos Territórios Ocupados), integradas na 9ª Conferência Anual da Associação Europeia para a Educação Internacional - EAIE, realizada em Barcelona em Novembro de 1997. (ver *Millenium*, nº 9, Janeiro de 1998, pp. 50-52).

A informação aí recolhida e a bibliografia anexa que se conseguiu reunir posteriormente constituíram a base essencial deste trabalho. Destaque especial deverá ser dado à obra de Paul G. de Nooijer, que se segue de muito perto, e que é uma síntese, numa edição infelizmente não muito cuidada, de um trabalho com o mesmo título - "Higher Education in Occupied Territories" -, apresentado à União Europeia em Janeiro de 1995, na sequência de um acordo firmado dois anos antes entre a Comissão Europeia e o Conselho Palestino para o Ensino Superior, tendente a amenizar as mais prementes dificuldades das universidades, do politécnico e dos colégios comunitários, nomeadamente o pagamento dos salários de docentes e funcionários e o estabelecimento de uma base orçamental anual sólida nas instituições.

Com a publicação deste documento, MILLENIUM mantém-se fiel a uma opção feita no início da sua publicação - a de privilegiar na sua "Educação Sem Fronteiras" a divulgação de culturas e de sistemas de ensino pouco conhecidos, ou mesmo ignorados, em Portugal.

NOTA: A fonte da informação estatística, quando não expressa, é a

obra de Nooijer (1996).

1. A EDUCAÇÃO NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS

A análise do quadro abaixo (in Nooijer, 1996, p. 30) permite uma leitura rápida do actual sistema de ensino nos Territórios Ocupados (T.O.): Jardim de Infância para o grupo etário dos 4-5 anos, com uma frequência de dois anos; um Ciclo Básico de 10 anos (dos 6 aos 15) na Margem Ocidental (Cisjordânia), dividido em Gaza por um Ciclo Elementar de 6 anos (dos 6 aos 11) e por um Ciclo Preparatório de 3 anos (dos 12 aos 14). Comum nas duas regiões, o Ciclo Secundário de 2 anos (dos 15 aos 17).

	MARGEM OCIDENTAL (CISJORDÂNIA)	GAZA
Jardim de Infância	2 anos (grupo etário dos 4-5 anos)	
Ciclo Básico	10 anos (grupo etário dos 6 aos 15 anos)	
Ciclo Elementar		6 anos (grupo etário dos 6 aos 11 anos)
Ciclo Preparatório		3 anos (grupo etário dos 12 aos 14 anos)
Ciclo Secundário	2 anos (grupo etário dos 15 aos 17 anos)	

Ensino Superior		
Curta Duração (Colégios Comunitários)	2 anos	
Universidades e Politécnico	4 anos	

No topo, o Ensino Superior com dois subsistemas: O Universitário, o Politécnico e os Colégios de Educação de Gaza e da UNRWA (4 anos ou mais), e os Colégios Comunitários (2 anos).

Este sistema de ensino representa um avanço significativo relativamente ao existente sob o domínio Otomano na Palestina antes do final do século XIX. Havia então 4 anos de escolaridade, podendo os estudos posteriores ser feitos apenas na Turquia. Sob dominação britânica, o número de escolas governamentais subiu de 100 (em 1917) para 550 (em 1947), um terço das crianças em idade escolar recebendo alguma instrução.

Desde 1948, os Territórios Ocupados foram servidos por dois sistemas educativos distintos: o egípcio, em Gaza, e o Jordano, na Margem Ocidental. Esta separação de sistemas "facilitava o movimento dos estudantes palestinianos de uma escola para a outra, permitindo-lhes continuar os estudos sem dificuldade a níveis superiores nas instituições públicas dos respectivos países" (Unesco, 1995, p. 9).

Depois da Guerra de 1967 Israel procurou impor o seu sistema nos Territórios Ocupados mas falhou sempre, havendo actualmente planos para uniformizar a formação na margem Ocidental e em Gaza.

Até Agosto de 1994 o ensino primário e o ensino secundário foram geridos pela Administração Civil do Governo de Israel, pela UNRWA (United Nations Relief and Works Agency) e por organizações privadas, religiosas a maior parte delas.

Competia à Administração Civil a supervisão de toda a educação, nomeadamente a definição dos conteúdos curriculares, o regulamento de construções escolares e da toda a sua instalação.

Em termos das políticas aplicadas pelas autoridades israelitas nos Territórios Ocupados, elas eram restritivas no acesso a bibliotecas; fazia-se censura aos livros adoptados; dificultavam-se as obras de

beneficiação das infra-estruturas escolares e o desenvolvimento dos programas invocando-se sempre razões de segurança.

O Ministério da Educação e do Ensino Superior dos Territórios Ocupados foi criado em 1994 e substituiu a Administração Civil israelita, sendo o sector da Educação um dos primeiros a ser controlado pela Autoridade Palestiniana. A educação sempre havia sido considerada como um "investimento sólido", como "propriedade valiosa permanente", como o único meio de "melhorar os padrões de vida e de preservar a sua herança cultural" (Unesco, 1995, p. 9).

Dotado com poderes executivos e legislativos para todos os assuntos ligados à educação, este Ministério tinha a competência de formulação de políticas, de criar leis e de gerir todo o trabalho de gestão e da administração no sector.

Criados na sua grande maioria depois de 1980, os Jardins de Infância são geridos por instituições de caridade, por grupos religiosos ou por associações de mulheres. Apenas um número reduzido é dirigido pela UNRWA e pela Administração Civil.

O Ministério da Educação refere um total de 36.829 crianças inscritas em 1994/95 em 436 instituições, 423 delas situadas na Margem Ocidental e 13 em Gaza.

Principais dificuldades deste sector: a baixa qualidade dos materiais educativos e de equipamento; a reduzida formação teórica e prática dos educadores.

De acordo com a Unesco (1994), o Ciclo Básico tinha em 1994/95 uma frequência de 774.500 alunos em escolas públicas (61%), privadas (4%) e nas da UNRWA (35%). A média de frequência por escola era superior a 700 alunos(45 alunos/turma) em Gaza. Na Margem Ocidental havia apenas 33 alunos/turma.

A frequência feminina cifrava-se em 49%.

O currículo da escola Primária inclui o ensino de Língua Árabe, Religião, Matemática, Educação Cívica, História, Geografia, Ciências, Estudos Sociais, Desenho, Música e Educação Física. A Língua Inglesa ensina-se a partir do 5º ano de escolaridade.

Os estudos de nível secundário estão organizados em três secções: Humanidades, Ciências e Vocacional, e dos 25.976 alunos que as frequentavam em 1993/94 65% estavam matriculados em Humanidades, 30% em Ciências e apenas pouco mais de 5% em áreas vocacionais.

Segundo Nooijer (op. cit. pp. 26-27), uma distribuição tão desigual poderá ser explicada pelas seguintes razões: a popularidade da educação académica versus a impopularidade tradicional da formação vocacional; a falta de infra-estruturas e de equipamentos no ensino vocacional, Gaza constituindo o exemplo extremo - não existem quaisquer instalações que possibilitem este ramo de ensino.

Em 1994/95 os professores do Ciclo Básico e do Ciclo Secundários eram cerca de 21.000, 13.600 dos quais leccionavam em escolas públicas, 4.300 nas da UNRWA e 3.000 nas privadas. As mulheres eram maioritárias nas escolas da UNRWA e nas privadas e, no seu conjunto, constituíam cerca de 50% do pessoal docente.

Em termos de qualificações, no ano lectivo de 1994/95, e segundo o Ministério da Educação e do Ensino Superior, 6,4% dos docentes dispunham de um diploma de ensino secundário; 57,7% eram detentores de um diploma médio; 33% eram licenciados em Humanidades e em Ciências; os restantes 2,9% haviam frequentado instituições de ensino superior sem, contudo, haverem concluído um curso.

A aprovação no exame final do ensino secundário, o Tawjihi é fundamental para o acesso ao ensino superior. O número de alunos que passam neste exame tem vindo a cair desde 1989, e em 1994 só 46,7% dos alunos que se apresentaram a exame conseguiram obter o certificado do ensino secundário.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos ensinios primário e secundário residem na qualidade da formação do pessoal docente e da sua preparação pedagógica; nas metodologias tradicionais utilizadas, que enfatizam a transmissão do saber; no recurso à memória; na importância atribuída aos factos, com manifesto prejuízo da aprendizagem e do ensino de skills de resolução de problemas; na baixa qualidade das infra-estruturas escolares; na escassez dos materiais de ensino e de equipamento, ou na sua baixa qualidade quando disponíveis.

De acordo com dados de 1995 do Departamento Central de Estatística da Palestina, havia em 1986 catorze escolas profissionais (8 públicas e 6 privadas) e vinte e dois centros de preparação técnica (13 públicos, 6 privados e 3 administrados pela UNRWA) com um total de 2.271 alunos, 291 sendo do sexo feminino. Estes alunos distribuíam-se por sectores variados - indústria (1698), comércio (416), agricultura (157).

Os docentes destas escolas regiam cursos de dois anos que conferiam um certificado de habilitações em electricidade, rádio e televisão, ar condicionado e construção civil. A introdução de novos cursos foi

frequentemente impedida por razões de segurança invocadas por Israel. Mais recentemente, sem que possamos precisar a data, havia 18 institutos de enfermagem.

O obsessão palestina pelas qualificações académicas, pelo prestígio que elas conferem, e a falta de um mercado de trabalho local têm sido apontadas como principais factores da baixa frequência das instituições de formação profissional.

O analfabetismo nos Territórios Ocupados, entre indivíduos com mais de 15 anos, cifrava-se em 1991 em 21,3% na Margem Ocidental e em 19,9% em Gaza, uma situação menos grave de que a do Egipto e da Síria e ao mesmo nível da Jordânia. (Umehara, 1994, p.15)

Os cerca de 200 institutos, entre os quais se conta a Sociedade do Crescente Vermelho Palestino, com fortes carências de fundos, estão desde 1994 sob a direcção do Ministério da Educação Geral e Superior. O seu objectivo mais amplo é o da irradicação do analfabetismo.

No início dos anos setenta o sonho maior das autoridades palestinas para o ensino superior era o da criação da grande universidade palestina. A realidade da separação territorial de Gaza e da Margem Ocidental, porém, era incompatível com a existência dessa universidade. A mobilidade dos alunos, docentes e funcionários era apenas um dos muitos problemas a enfrentar. Israel impossibilitava esse sonho.

A política alternativa seguida foi a da criação de pequenas universidades. Em 1993/94 havia nos Territórios Ocupados 8 universidades, 6 na Margem Ocidental e 2 em Gaza,(1) 1 politécnico em Hebron e cerca de 20 colégios comunitários.

As universidades e o politécnico oferecem cursos de quatro anos e concedem o grau de licenciado. Algumas instituições oferecem ainda cursos de post-graduação.

Mais de 2/3 dos cerca de 37.000 estudantes do ensino superior estavam matriculados em 1995/96 nas universidades. O pessoal docente e de apoio que cooperava na sua formação era de cerca de 3.020, com uma relação de 50% entre professores e funcionários.

A acreditação das universidades e do politécnico tem sido uma incumbência do Ministério da Educação da Jordânia. As universidades palestinas são membros da Associação de Universidades Árabes e os seus cursos desenvolvem-se por unidades de crédito. Entre 122 para Humanidades e Educação Básica, 128 para Administração Comercial e 130 para Ciências, Enfermagem e Tecnologia.

Os cerca de vinte Colégios Comunitários (C.C.) oferecem cursos de dois anos que conduzem a um diploma intermédio(2).

Em 1993/94 havia nestas instituições pouco mais de 4.000 estudantes e 345 docentes. O pessoal de apoio era de 544 funcionários.

Os cursos oferecidos: enfermagem, tecnologia médica, comércio e administração, engenharia civil, arquitetura, engenharia mecânica e eléctrica, agricultura.

Nos Colégios Comunitários faz-se também a formação de professores para jardins de infância e para os ensinos primário e secundário.

Tal como as universidades e o politécnico, estas instituições operam pelo sistema de créditos, um mínimo de 66 sendo requerido para a obtenção do diploma. Algumas delas oferecem cursos de licenciatura em Humanidades e em Ciências.

Com as excepções de Al-Azhar e da Aberta Al-Quds, as universidades dos Territórios Ocupados tiveram a sua origem em escolas privadas primárias ou secundárias, com famílias poderosas a desempenharem um papel fundamental. A Universidade de Belém foi criada em 1973 por iniciativa do Estado do Vaticano.

A base histórica das universidades continua a ver-se reflectida nos seus cursos: Humanidades, Ciências, Educação, Lei e Estudos Islâmicos são ainda dominantes.

Uma outra característica, com a excepção da Aberta Al-Quds, é a sua forte tendência e focalização regionais, tanto em termos de docentes como de alunos. Esta característica foi reforçada pela falta de alojamentos dos estudantes noutros locais, especialmente para as mulheres.

Também as restrições à mobilidade, frequentemente impostas pelas autoridades israelitas, uma situação a que já se fez referência, tiveram um papel preponderante nesta tendência regionalizante.

Israel tem, de resto, prejudicado de outras formas o desenvolvimento das universidades palestinianas: através da demora no estudo dos processos de construção; impondo taxas de impostos elevadas para o equipamento educativo; limitando as importações de livros; exilando e pressionando o pessoal, especialmente os professores; encerrando instituições, por vezes durante anos, nomeadamente durante a Intifada. Entre outras.

Em 1996 foi publicado pelo Conselho para o Ensino Superior da Palestina o documento "Uma Visão para o Ensino Superior na Palestina: Educação para a Integração e para o Desenvolvimento Nacional". A obra aponta para a necessidade de uma viragem radical no actual sistema. Nele se encontram as ideias do desenvolvimento de uma lei fundamental para o ensino superior que defina a filosofia e as tarefas, os poderes especiais e o quadro de acção do Conselho, bem como as relações deste com as universidades públicas e privadas.

Relativamente às necessidades de curto e de longo prazo, coloca-se a ênfase na ideia de o ensino superior dever estar também ao serviço dos palestinianos que vivem fora dos Territórios Ocupados; na criação de escolas médicas e de direito; no estabelecimento de centros de investigação; na possibilidade de aumentar em 50% a frequência actual.

Alguns autores consideram esta política demasiado ambiciosa, não tendo em conta a realidade das capacidades financeiras.

2. A GESTÃO E O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Em 1977, por iniciativa do Centro para o Desenvolvimento das Associações Palestinas, que representava profissionais nos sectores da agricultura, engenharia, direito, medicina e farmácia, foi criado o Conselho Palestiniano para o Ensino Superior. A falta de um plano unificado para o ensino superior foi o factor decisivo no seu aparecimento.

Composto por 37 elementos, originários de universidades, de municípios onde se situavam instituições universitárias, e de corpos profissionais representativos, competia ao Conselho: a coordenação do trabalho das universidades, a formação das capacidades do pessoal docente e de apoio das instituições de ensino superior; a criação de novas universidades e de outras instituições; a coordenação da investigação, do financiamento e das relações externas institucionais. Competia-lhe, finalmente, a elaboração de uma proposta de constituição do Conselho. Elaborada, ela foi aprovada um ano depois.

Financiado inicialmente pelo Comité Conjunto Jordano-Palestino, ao qual competia promover planos de desenvolvimento nos Territórios Ocupados, este encargo passou a pertencer à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1983.

No essencial, o financiamento, aliás irregular, foi tornado possível a partir dos impostos pagos pelos palestinianos que trabalhavam nos Estados do Golfo até 1991, após o que a Comissão Europeia substituiu a OLP nesta matéria.

Com a Declaração de Independência feita pelo Conselho Nacional Palestino em 1988, o Conselho para o Ensino Superior tornou-se a principal autoridade educativa na Margem Ocidental e em Gaza. Uma nova constituição do Conselho foi indigitada e aprovada pela OLP no ano seguinte.

Tarefas fundamentais do Conselho a partir desta data foram, nomeadamente, a criação de um sistema unificado de vencimentos para os professores das universidades, do politécnico e dos colégios comunitários, a unificação das propinas pagas pelos estudantes e o fornecimento de informação e de estatísticas sobre a actividade educativa.

Como incapacidade mais significativa do Conselho tem sido referido o não estabelecimento de um plano unificado de acção para o ensino superior, um dos grandes objectivos estabelecidos para o desenvolvimento nacional palestiniano, um insucesso frequentemente atribuído às políticas restritivas impostas pelo Estado de Israel e visíveis na censura aos livros escolares, na mobilidade, e também em medidas punitivas como o exílio de docentes universitários, o encerramento de instituições, sobretudo durante a Intifada (1987-91).

Outras razões, contudo, poderão explicar esta incapacidade, nomeadamente: a aprovação dos curricula continuou a ser uma atribuição do Ministério da Educação da Jordânia depois de 1989; a organização e o financiamento complexo do Conselho, com uma estrutura pesada e lenta; o controle ineficiente dos fundos do Conselho, de que resultou uma distribuição inquinada pelas diferentes instituições.

Com sede em Ramallah, e com instalações na Margem Ocidental e em Gaza, o Ministério da Educação e do Ensino Superior foi criado em 1994. Como já foi referido acima, foi dotado com poderes executivos e legislativos para todas as matérias da educação.

Dirigido por um ministro, com o apoio de um Secretário de Estado, e este, por sua vez, apoiado por três assessores - um, responsável pela Margem Ocidental; o segundo, por Gaza; o terceiro, pelos problemas gerais da educação -, o Ministério foi dividido por 12 Direcções-Gerais.

A Conferência dos Presidentes das Universidades Palestinas é um órgão de consulta, de cooperação e de coordenação entre o Ministério da Educação e as universidades palestinianas.

A organização interna e a gestão das Universidades, consideradas como organizações privadas não-governamentais e as dos colégios comunitários, concebidos como organizações com fins lucrativos, são muito semelhantes.

Dispondo de um Conselho de Administração, órgão definidor da política institucional, responsável pelo orçamento, e que inclui representantes do mundo acadêmico e empresários industriais e agrícolas nacionais e locais, com competências para nomear o presidente, que detém o poder executivo e a responsabilidade da gestão institucional, e dois vice-presidentes (um, que preside ao Conselho Acadêmico, e o segundo, ao Conselho Administrativo), este órgão da administração é teoricamente sólido. Dotado com mecanismos de controle, de programação e de planificação, o sistema tem-se, contudo, revelado incapaz de evitar o aumento dos déficits orçamentais, havendo igualmente queixas frequentes relativamente ao nível de formação dada pelas instituições de ensino superior.

A inclusão no Conselho de Administração de membros sem experiência de gestão universitária, o controle reduzido dos departamentos financeiros no desenvolvimento de programas académicos, entre outras, têm sido as razões mais frequentemente apontadas para explicar muitos dos insucessos das instituições de ensino superior nos Territórios Ocupados. (Nooijer, op. cit. p. 56).

As fontes de financiamento têm-se revelado insuficientes para cobrir os custos correntes de gestão.

No ano lectivo de 1993/94, por exemplo, as oito universidades dos Territórios Ocupados não puderam cobrir as despesas de pessoal e outros encargos de rotina, muitos funcionários tendo recebido apenas 60% dos seus salários e as receitas equivalendo a apenas 80,5% das despesas, um valor que em algumas delas foi mesmo inferior - 70%.

As fontes de receita são fundamentalmente três: as propinas pagas pelos estudantes (ap. 30%); o financiamento das instituições através do Conselho para o Ensino Superior (47%); donativos, a título individual, e outras (23%). Estes números referem-se também a esse ano.

Relativamente às propinas, entre 1990/91 e 1993/94 elas aumentaram substancialmente, o que originou greves que conduziram ao encerramento temporário das instituições. Em 1994/95, e de modo a ter-se uma ideia muito concreta da situação, a propina anual unificada era equivalente a 420 JDs - dinares jordanos - (US\$ 599) para os cursos sem trabalho laboratorial, a 510 JDS (US\$ 728) para os cursos de Ciências, e a 600 JDS (US\$ 856) para os cursos de Engenharia.

Dado que os valores em causa seriam proibitivos em universidades instaladas em zonas muito pobres, sobretudo em Gaza, algumas instituições introduziram esquemas de assistência financeira para os alunos carenciados. O Conselho para o Ensino Superior considera actualmente a possibilidade de introdução de um sistema centralizado de ajuda financeira aos alunos. A dificuldade reside, porém, em saber quais as fontes de onde poderão surgir verbas calculadas entre os três e os cinco milhões de dólares.

Em termos de evolução, as fontes dos fundos disponíveis do Conselho para o Ensino Superior foram as seguintes: Comité Conjunto Jordano-Palestino e OLP (com base num acordo com os Estados do Golfo), até ao termo da Guerra do Golfo. A partir de 1992/93, a Noruega, a Holanda e a União Europeia. Em 1994, o apoio da União Europeia tornou-se a única fonte de apoio financeiro do Conselho. Em Janeiro de 1995, o apoio prometido foi de cerca de 25 milhões de ECUS. A tarefa complexa do Conselho passou a ser então a de encontrar um esquema correcto e justo de distribuição destes fundos pelas instituições de ensino superior, uma tarefa que não tem sido fácil, algumas instituições considerando-se desfavorecidas.

Uma análise dos dados referentes aos custos de funcionamento das universidades e do politécnico dos Territórios Ocupados revela que os salários representavam em média, em 1993/94, 75% da despesa global das instituições. Em algumas delas, contudo, a receita global não era suficiente para os pagar. A Universidade de Belém constituía uma excepção. Nela, os encargos com os salários representavam apenas 47% da receita.

Os custos anuais por aluno situavam-se, também em 1993/94, entre 551 JDs (US\$ 786) na Islâmica de Gaza e 2.763 JDs (US\$ 3.945) no Politécnico de Hebron. A média era de 1.295 JDs (US\$ 1.849).

Nos Colégios Comunitários, a análise financeira referente ao período analisado acima para as universidades e para o politécnico (1993/94), e relativamente a apenas cinco das sete instituições financiadas pelo Conselho do Ensino Superior, oferecia-nos as seguintes conclusões: em termos globais, a receita cobria apenas 81% das despesas. A situação individual das instituições era, porém, muito diversificada. Num dos extremos (o da pior situação financeira em termos de relação receita/despesa), situava-se o Colégio Comunitário de Ibrahimieh, com uma receita que cobria apenas 56,3% das despesas. Na outra extremidade, com uma situação favorável, o Colégio Comunitário de Al-Umnah, com uma receita que representava 109,4% das despesas institucionais.

As fontes de financiamento dos Colégios Comunitários poderiam caracterizar-se da seguinte forma no mesmo período: aumento significativo do financiamento por parte do Conselho para o Ensino Superior - 29% (7% em 1990/91); declínio das receitas provenientes das propinas - 28% (44% em 1990/91), motivado pelo forte decréscimo da frequência; 43% de receita global média proveniente de outras fontes, com uma distribuição muito desigual, numa amplitude que ia de 0% para o Colégio Comunitário de Ibrahimieh até 78% no caso do Islâmico de Jerusalém.

Como acontecia nas universidades e no politécnico, as despesas com salários representavam a maior fatia do bolo orçamental dos Colégios Comunitários: 59% no Islâmico de Jerusalém; 88% no Colégio Al-Ummah, numa média de 75% em 1993/94.

Os custos anuais por aluno eram, em média, para os cinco Colégios Comunitários analisados, 842 JDs (US\$ 1.202), num leque que ia dos 448 JDs (US\$ 639) a 2.405 JDs (US\$ 3.434).

As projeções feitas em 1993/94 para o ano lectivo de 1997/98 eram as seguintes para as universidades e o politécnico:

- . crescimento de 43% da frequência - de 25.000 para 31.000 alunos;
- . crescimento de 44% das despesas globais;
- . aumento de 49% nas propinas;
- . aumento de apenas 2% nas restantes receitas.

Segundo Nooijer (op. cit.. p. 72) estes valores, a verificarem-se, significariam um aumento de tal ordem do financiamento com origem no Conselho para o ensino Superior que este órgão não teria capacidade para o suportar. Por outro lado, os números acima, referentes ao aumento da frequência escolar, foram já ultrapassados em 1995/96 (cerca de 37.000 alunos inscritos), havendo em 1996/97 cerca de 43.000.

Aumentos semelhantes (cerca de 123% em 4 anos) eram esperados para os Colégios Comunitários. Estes valores significam uma previsão de um aumento de custos mais rápido do que o crescimento combinado das propinas e de outros financiamentos.

3. O PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

As universidades, o politécnico e os colégios de educação tinham ao seu serviço, em 1995/96, um total de 1.626 docentes, 263 deles (16,2%) trabalhando a tempo parcial.

A Universidade de An-Najah era uma instituição que se destacava com os seu 277 professores, todos a tempo inteiro. O Politécnico de Hebron, com 39 professores a tempo inteiro e 2 a tempo parcial, e o Colégio de Educação da UNRWA, com 31 a tempo inteiro, eram as instituições mais pequenas. A dimensão das instituições pode ser mais visivelmente expressa através dos dados seguintes: em 1995/96, as universidades de An-Najah e de Birzeit tinham 35,2% de todos os docentes; no pólo oposto situavam-se as duas instituições de ensino superior da cidade de Hebron (a universidade e o politécnico), com menos de 8%.

Em 1993/94, relativamente à distribuição dos docentes pelos cursos oferecidos pelo conjunto das universidades (com excepção da Aberta Al-Quds de Jerusalém) e do politécnico, verifica-se a seguinte situação: Humanidades, 348 (30%), Ciências, 332 (28,4%), Engenharia, 132, Economia, 123, Educação, 81, Direito, 68, Ciências Médicas, 62, Agricultura, 22.

Também neste capítulo, a distribuição destes 1.168 docentes é muito desigual. Alguns exemplos: em Birzeit mais de 25% dos professores leccionavam Humanidades; Birzeit e An-Najah contavam mais de 50% dos docentes de Engenharia; no âmbito da Medicina, Al-Quds tinha 2/3 de todos os docentes.

A presença da mulher nos corpos docentes das universidades e do politécnico, de acordo com as estatísticas do Conselho para o Ensino Superior, era de apenas 10% em 1995/96, mas com doutoramentos e mestrados em Humanidades e em Ciências, uma percentagem muito reduzida que nos leva a concluir que a profissão docente no ensino superior dos Territórios Ocupados é essencialmente exercida por homens.

A nomeação e o recrutamento dos docentes são conduzidos pelos directores de departamento, sendo os laços familiares, culturais e regionais factores determinantes. As universidades de Al-Azhar e a Islâmica de Gaza têm professores mais ortodoxos.

Os factores regionais são fortemente ditados pelo elevado grau de dependência dos Territórios Ocupados relativamente a Israel. O encerramento e a abertura ad hoc das fronteiras determina que as instituições façam preferencialmente o recrutamento dos seus docentes nos seus arredores.

Em termos de qualificações académicas, e relativamente ao ano de 1995/96, 44,2% dos docentes possuíam um doutoramento e 41,3% estudos post-graduados diversos e equivalentes a mestrado. Mais de 80% destes graus foram obtidos em instituições de prestígio da Europa e dos Estados Unidos. Dos restantes, 13,1% tinham o grau de licenciatura. O número de docentes apenas habilitados com um diploma, não graduados, era, deste modo, reduzido.

As habilitações graduadas em Estudos Islâmicos, em Direito Islâmico e em Língua Árabe são, na maior parte dos casos, obtidas em universidades egípcias e jordanas.

A actualização do corpo docente assenta fundamentalmente em programas oferecidos por fundações estrangeiras. Internamente, a actualização é quase inexistente, uma situação que continua a ser semelhante à dos anos oitenta, preferindo as universidades e o politécnico conceder bolsas de estudo em vez de fomentarem actividades de investigação, mais significativas de que a simples promoção na hierarquia académica.

O número de docentes nos Colégios Comunitários (19) elevava-se a 395 em 1993/94. As instituições com mais professores eram os Colégios de Educação (com 78), o Centro de Estágio Feminino da Ramallah (com 40) e o Colégio de S&T Khan Yunis, de Gaza, (com 34). No seu conjunto, estas três instituições empregavam 44% do total de docentes dos Colégios Comunitários.

As mulheres constituíam 25,9% dos professores, um número que é mais de duas vezes superior ao das universidades e do politécnico. Elas estavam mesmo em maioria no Centro de Estágio Feminino de Ramallah e no Colégio Comunitário da mesma cidade. Entre elas havia, em 1995/96, 7 doutoradas e 55 com mestrados em Humanidades e em Ciências.

4. CURSOS E FREQUÊNCIA

As universidades e o politécnico não estão organizados de modo a poderem oferecer uma formação especializada, assistindo-se a uma elevada duplicação de esforços.

Todas as universidades acreditadas pelo Ministério da Educação da Jordânia oferecem licenciaturas em Ciências Sociais, Ciências, Humanidades; sete delas, em Educação e em Administração; cinco, em Direito e em Estudos Islâmicos, em Ciências Paramédicas, Medicina, Farmácia e Engenharia; quatro, em Agricultura.

Uma outra característica dos cursos é a de que são construídos segundo modelos europeus e norte-americanos. Como já foi referido em 1., a sua organização faz-se por unidades de créditos, com uma amplitude variável que vai de 122 em Humanidades e em Educação Básica até 128 em Administração Comercial e 130 em Ciências, Enfermagem e Tecnologia. Um pouco mais de 30 créditos/ano.

De acordo com as estatísticas do Conselho para o Ensino Superior, e referentes ao ano lectivo de 1993/94, mais de 70% dos alunos matriculados encontravam-se a frequentar os cursos de Humanidades, Ciências Sociais, Educação e Direito e Estudos Islâmicos. Os números referentes a 1995/96 mostram, por um lado, um decréscimo de cerca de 5% nas matrículas nestas áreas e, pelo outro, um aumento de quase 175% em 2 anos na frequência global, atingindo-se os 36.898 alunos. Neste mesmo ano, embora tendo triplicado o número de estudantes em Direito e Estudos Islâmicos, o número de alunos em Administração duplicou, havendo mesmo um aumento de 150% nas inscrições em cursos de Educação.

A frequência dos cursos de Engenharia aumentou de 1.406 para 2.348 alunos, o que representa 6,4% do total dos alunos; as áreas da Saúde quase duplicaram, passando a representar 3,6% da frequência. A Agricultura, com 579 alunos inscritos, correspondia a apenas 1,5% do total.

Em Humanidades e em Ciências Sociais a frequência diminuiu mas, no seu conjunto, elas representam ainda mais de 41% de todos os alunos inscritos no ensino superior.

Em termos de frequência por instituição, verificava-se que em 1995/96 os factos mais salientes eram os seguintes:

As quatro instituições com mais alunos eram as de Al-Azhar, 7.038 (19%), An-Najah, 6.852 (18,5%), Islâmica de Gaza, 5700 (15,4%) e Aberta de Al-Quds, 5.517 (14,9%). No seu conjunto, estas instituições representavam quase 68% da população estudantil do ensino superior nos Territórios Ocupados. O Politécnico de Hebron, apenas com 390 alunos, representava pouco mais de 1% de todos os estudantes.

Estas instituições diferiam, contudo, na distribuição dos seus alunos por cursos: Al-Azhar tinha quase 60% de matrículas em Direito e Estudos Islâmicos e em Educação; a Aberta Al-Quds, 82,4% em Educação e em Economia; An-Najah, 45% em Economia.

A análise dos dados disponíveis sobre a repartição dos alunos por áreas científicas, no conjunto das universidades e do politécnico, mostra que em Educação estudavam 9.640 alunos (26,1%), em

Economia, 6.948 (18,8%), em Humanidades e em Ciências Sociais, 5.551 (15%), em Ciências, 5.995 (16,2%), em Direito e Estudos Islâmicos, 3.862 (10,4%), em Engenharia, 2.348 (6,4%), em Saúde, 1.318 (3,6%). Como se referiu já acima, os alunos de Agricultura eram apenas 579 (1,5%). Os restantes alunos estavam inscritos em cursos não identificados nas estatísticas a que tivemos acesso, e eram simplesmente designados por "Outros". (Nooijer, op. cit., p. 87).

A reduzida procura dos cursos de Engenharia e de Agricultura poderá explicar-se por um conjunto de razões, de que se destacam as seguintes: o prestígio social destas actividades é ainda reduzido nos Territórios Ocupados; a falta de laboratórios e o apetrechamento relativamente precário dos que existem, a par da escassez de recursos humanos.

Israel é responsável em parte por esta situação, pelas suas frequentes intervenções no âmbito do desenvolvimento curricular, da construção dos cursos, dos impostos elevados que cobra sobre equipamento escolar ou pela recusa em fornecê-lo. O ensino agrícola, por exemplo, foi mesmo proibido nos Territórios Ocupados, apesar da sua importância na economia local.

Nos Colégios Comunitários todos os cursos têm a duração de 2 anos sendo a sua organização assente em unidades de crédito, com um mínimo de 66 e um máximo de 18/semestre. Para os alunos que o frequentam, e neles concluem os seus cursos, não existe, porém, um sistema que lhes possibilite a continuação dos estudos nas universidades ou no politécnico.

As principais áreas científicas oferecidas são as seguintes: saúde (enfermagem e tecnologia médica), comércio, administração, marketing, informática, contabilidade, secretariado, jornalismo, comunicação, tradução, nutrição, serviços de documentação, cursos técnicos de engenharia civil, mecânica e electricidade, arquitectura, agricultura, olaria, vidro, formação de professores para jardins de infância, ensino primário e ensino secundário.

A dificuldade de acesso aos dados sobre a frequência dos cursos disponíveis nos Colégios Comunitários, aliada ao facto de não existir, com alguma frequência, coincidência entre os cursos anunciados como abertos e o seu efectivo funcionamento, não nos permite análises detalhadas.

Há, contudo, uma informação de fundo possível e importante: os cursos dos Colégios Comunitários reflectem a sua origem como institutos de estágio e de formação de professores, as suas cadeiras relacionadas com o ensino sendo dominantes no conjunto curricular, tal como nas universidades.

No seu conjunto, os dois subsistemas de ensino superior nos Territórios Ocupados privilegiam um ensino e uma formação essencialmente teóricos, com evidente prejuízo das componentes de formação prática e de investigação.

Por outro lado, a revisão dos planos curriculares dos diferentes cursos só excepcionalmente é feita, uma situação grave quando é de facto conhecido que os cursos são geralmente criados sem que se proceda a um estudo prévio de necessidades e de possibilidades. Uma das razões que têm sido apontadas para esta situação reside no facto de a preparação nos estabelecimentos de ensino superior dos Territórios Ocupados ter sido frequentemente encarada fundamentalmente para o emprego no estrangeiro, sobretudo nos estados do Golfo, uma situação que se alterou depois da Guerra de 1991.

Como já foi referido em 1., o acesso ao ensino superior só pode ter lugar após a obtenção de um certificado de conclusão pelos alunos do curso secundário através de um exame final, o Tawjihi, na secção de Humanidades ou na de Ciências. Uma classificação de 70% é normalmente aceite como mínimo para acesso à universidade e ao politécnico, podendo as instituições exigir exames adicionais. Nos Colégios Comunitários a exigência mínima é de 60%.

Fez-se já referência neste trabalho, ponto 4., à frequência global das instituições de ensino nos Territórios Ocupados e à forma como ela se distribui por instituições e por cursos.

Vejamos agora como se divide a população estudantil em termos de sexo. Genericamente, poderá afirmar-se que os homens representam 60% dos alunos inscritos e as mulheres 40%. Se analisarmos esta situação em termos de instituições individuais verificamos que em 1995/96 a percentagem de mulheres era de cerca de 64% na Universidade de Belém, de 56% na Al-Quds, de 50,2% na Universidade de Hebron, de 54,7% no Colégio de Educação de UNRWA, atingindo um máximo de 68,6% no Colégio de Educação de Gaza. Com menos de 50% de frequência feminina, a Islâmica de Gaza (33,5%), Birzeit (com 38,8%). Para o conjunto das instituições a média era de 42,8% de mulheres.

De salientar que os números poderão traduzir significativamente as perspectivas tradicionais do papel da mulher na sociedade palestiniana. Algumas universidades, por exemplo Al-Azhar e Islâmica de Gaza, oferecem mesmo cursos separados para homens e mulheres.

Em 1993/94 havia, globalmente, 17,6 alunos por professor sendo, porém, grandes as diferenças entre as instituições: 9,9 alunos por professor em Al-Azhar, 27,7 na Islâmica de Gaza. Igualmente, em termos de cursos, a ratio professor/aluno variava de instituição para instituição: em Humanidades e em Ciências

Sociais, e na Universidade de Hebron, ela era de 29,0; em Educação, na Islâmica de Gaza, 57,6. No pólo oposto, as Humanidades e as Ciências Sociais registavam em Hebron ratios de 1,9. Na mesma instituição, a Agricultura tinha igualmente uma ratio muito baixa - 2,8.

Em 1995/96 a situação alterou-se profundamente, assistindo-se a um aumento significativamente mais elevado de matrículas do que o que se verificou relativamente ao pessoal docente. A ratio global subiu para 27,1, com valores parciais por instituições situadas entre 10(Politécnico de Hebron) e 40,4 (Universidade Al-Azhar). Também por cursos, as ratios subiram, sobretudo em Economia, Educação, Lei e Estudos Islâmicos, particularmente em Gaza.

Com os números referentes ao período 1990/91 - 1993/94, e relativamente à frequência nos Colégios Comunitários, as conclusões a que se chegou foram as seguintes:

. Com a excepção dos dois primeiros anos do período, em que o número de alunos inscritos quase não se alterou (7.425 em 1990/91 - 7.460 em 1991/92), a tendência a que se assistiu foi a da diminuição do número de matrículas para 6.417 alunos em 1992/93, e a queda profunda, em 1993/94, para 4.048 alunos, muito aquém dos 5.508 em 1985/86, e mais ainda dos 6.546 alunos em 1986/87.

. As causas apontadas para esta quebra de frequência nos Colégios Comunitários têm sido a do funcionamento mais regular das universidades e do politécnico a partir de 1991/92 e a elevação oficial do nível de formação exigido para os professores do sector a partir de 1997.

5. OS LICENCIADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nas seis universidades que começaram a funcionar nos anos 70, e considerando o período entre 1976 e 1993, licenciaram-se nos Territórios Ocupados mais de 16.000 indivíduos. No ano em que se iniciou a Intifada (1987), licenciaram-se mais de 2.100, tendo depois os números decrescido abruptamente até 1990, data em que foi autorizada a reabertura das universidades. Em 1995 formaram-se mais de 2.900 estudantes.

A análise dos dados relativos aos alunos licenciados por área científica revela que desde 1976 as percentagens se situam acima dos 35% em Humanidades (com excepção de 1995 (27,8%); com números bem inferiores, mas em segundo lugar, o sector da Educação, apenas em 1993 ultrapassando a barreira dos 20% (20,4%), subindo depois para 35,1% em 1995. Comércio e Administração tiveram um pico em

1989 (20%). No extremo oposto, com valores quase negligenciáveis, os sectores de Engenharia (abaixo dos 4%), da Gestão Hoteleira (menos de 3%) e da Agricultura (com um máximo de 0,8% em 1995).

Existem, contudo, alguns indicadores que poderão significar a presença de algumas alterações ao padrão acima referido. Entre 1993/94 e 1995/96 assistiu-se a uma diminuição do interesse pelas Humanidades e pelos Estudos Islâmicos e a um aumento do número de matrículas em Comércio e em Administração (15,4% - 22,5%) e também no sector da Engenharia (6,6% - 7,4%).

Relativamente à população feminina, o número de matrículas no 1º ano varia entre 35% e 40% a partir de 1993/94, tendo o número de licenciadas subido de 614, em 1991, para 1.412, em 1995 (48% de todos os licenciados nesse ano), fundamentalmente em Educação, em Ciências e em Comércio.

Algumas questões pertinentes deverão ser formuladas:

Que perspectivas de trabalho existem para os licenciados pelas universidades e pelo politécnico palestinianos? Onde podem eles encontrar emprego? O emprego que conseguem ajusta-se à sua formação?

Não há, infelizmente, dados muito fiáveis sobre estas questões. Segundo um relatório de 1993 da Fundação Ebert, o sistema educativo palestiniano absorve 300 licenciados/ano. Para o Departamento de Estatística de Israel, o número de graduados palestinianos na Administração Civil era superior a 8.000 em 1989 na Margem Ocidental, e em Gaza, em 1990, mais 1.500. De acordo com a mesma fonte, o número de graduados palestinianos desempregados representa apenas 1,6% da força de trabalho de Gaza e 2,5% na Margem Ocidental.

Algumas realidades sobre o emprego de graduados palestinianos fora dos Territórios Ocupados revelam que em Israel eles ocupam empregos não especializados ou, na melhor das hipóteses, semi-especializados, só 2% desempenhando tarefas compatíveis com a sua formação.

Nos Estados do Golfo, pelo contrário, o aumento dos preços do petróleo nos anos 70 ofereceu boas oportunidades, especialmente no Kuwait (mais de 300.000 empregos) e na Arábia Saudita. De acordo com Anabtawi (1986), os palestinianos forneciam o pessoal técnico da maior parte dos ministérios em quase todos os países do Golfo.

Esta situação degradou-se desde os meados dos anos 80 em virtude de factores como o impacto da crise e da guerra do Golfo (1991), o desenvolvimento de estruturas educativas de ensino superior nos

países do Golfo, e a concorrência de coreanos e de filipinos, considerados ali como "politicamente menos ameaçadores". (Nooijer, op. cit. p.115).

Cerca de 300.000 palestinos que trabalhavam no Kuwait saíram desse país, a maior parte deles, aparentemente, para a Jordânia, alguns para Israel, onde ocupam lugares não compatíveis com a sua formação.

Nos Territórios Ocupados, os dados referentes a graduados desempregados são contraditórios. Para a Unesco (1994), urge tomar medidas relativamente às áreas de formação no ensino superior para fazer face aos desequilíbrios existentes. Nakleh (1994) estima em 25.000 o número de graduados que nessa data se encontravam sem emprego só na Margem Ocidental. Este número, porém, não é compatível com o número de graduados saídos das universidades palestinianas e do politécnico, na opinião da Nooijer (op. cit. p. 116).

Algumas reflexões, contudo, poderão fazer-se em termos das realidades de formação em cada área científica oferecida pelo ensino superior palestiniano. Em 1994, os mecanismos de oferta e de procura revelavam que:

- a) existia um excedente de graduados em administração;
- b) havia necessidade de técnicos agrícolas com uma sólida experiência prática, e também de especialistas com experiência específica nos Territórios Ocupados e que as universidades locais não podiam ainda preparar;
- c) a ocupação, a tempo inteiro, de 90% dos graduados na área da Saúde fazia dela um dos sectores em que as perspectivas continuam boas, especialmente em Jerusalém e nas suas imediações, onde se situam a maior parte dos estabelecimentos hospitalares. Especialmente em sectores como a enfermagem e a fisioterapia, entre outros;
- d) os graduados em Humanidades, em Ciências e em Educação são em número excedentário, Gaza e a Margem Ocidental só tendo capacidades para absorver 300 professores/ano, como já foi referido acima;
- e) o estabelecimento de uma administração palestiniana poderá gerar um aumento de oportunidades para graduados em Humanidades, Contabilidade, Secretariado, o mesmo sucedendo para graduados em gestão, planeamento e organização dos serviços públicos, distribuição de água, irrigação, extensão agrícola, infra-estruturas de saneamento básico, electricidade e transportes;

f) os sectores de serviços (banca, seguros, turismo) poderão registar uma expansão rápida se as dificuldades criadas por Israel, em termos de acessibilidades, diminuírem;

g) o sector da Educação continuará a ser o maior empregador de graduados por instituições de ensino superior devendo, contudo, a qualidade de formação, nomeadamente a que é oferecida pelos Colégios Comunitários, aumentar significativamente. (Nooijer, op. cit. pp. 117-119).

6. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Às instituições de ensino superior dos Territórios Ocupados, nomeadamente as universidades e o politécnico, cabe um papel fundamental no desenvolvimento sustentado da Palestina, quer na concepção de programas gerais e específicos intrinsecamente ligados às necessidades sociais e económicas do povo palestino, quer no aprofundamento da cooperação com instituições estrangeiras.

Algumas opiniões de responsáveis políticos e de académicos palestinos e europeus proferidas na 9ª Conferência Anual da Associação Europeia para Educação Internacional (EAIE), em Barcelona, acentuam claramente estas ideias.

Para o Professor Munthir Salah, presidente da Universidade Nacional An-Najah e do Comité Orientador do Programa PEACE (ver neste número de Millenium o artigo específico de Sónia Silva), a cooperação internacional tem "um papel decisivo na melhoria da qualidade, da relevância e da auto-sustentabilidade do sistema palestino de ensino superior"; o Vice-Reitor da Universidad Autónoma de Barcelona, Professor Louis Lemkov, defendeu a tese de uma cooperação com "participação multilateral, tanto europeia como palestina, alargada ainda a outras universidades do Médio Oriente, incluindo as israelitas"; a melhoria e a qualidade do ensino, bem como o aprofundamento da investigação nas universidades palestinianas foram as ideias centrais expressas pelo Professor Jawad Wadi, Vice-Presidente da Universidade de Al-Azhar, de Gaza, uma instituição que desenvolve já, em parceria com instituições nacionais e estrangeiras e com governos europeus, projectos de cooperação em três áreas importantes para a vida dos Territórios Ocupados: química (com o Departamento de Química da UMIST - Grã-Bretanha); água (quatro projectos, o primeiro dos quais financiado pela República Federal da Alemanha, e em que é parceira uma outra universidade palestiniana, a Al-Najah, de Nablus; o segundo, com dinheiros da União Europeia, supervisionado pelo Centro para as Fontes de Energia Renováveis, da Grécia; o terceiro, apoiado pelo governo italiano, um projecto de tratamento de água impura e levemente salgada destinado a reduzir os actuais riscos de doença ligados com o

consumo de água poluída, e que, numa outra vertente, se destina a desenvolver o bombeamento e a distribuição de água na municipalidade de Khan-Younis; e o quarto, em parceria com a Universidade de Harvard, e financiado pelo governo da Holanda); e agricultura (o desenvolvimento de um programa de formação e de investigação na Faculdade de Agricultura de Al-Azhar, numa parceria com a Autoridade Palestina e o governo do Luxemburgo).

Estes, apenas alguns de muitos outros exemplos de cooperação actualmente projectados ou em curso de realização. Segundo o Professor Jos Walenkamp, da NUFFIC (Nederlandse Organisatie voor Internationale Samenwerking in het Hoger Onderwijs - Organização Holandesa para a Cooperação Internacional no Ensino Superior), os objectivos na cooperação com as universidades da Palestina deverão ser os da construção de um ensino superior "coerente com a realidade cultural, social e económica, unitário, de qualidade elevada, e competitivo a nível internacional".

Para ser eficaz, e para se alargar, e no imediato, esta cooperação precisa de desenvolver-se num clima em que os constantes obstáculos levantados pelas autoridades israelitas à mobilidade dos académicos, mesmo dos estrangeiros, sejam eliminados. Num plano mais amplo, as infindáveis dificuldades em que os Territórios Ocupados da Palestina estão mergulhados, e que são constantemente criadas pela ocupação israelita, só poderão resolver-se através de uma solução política justa.

7. CONCLUSÕES

Ao longo da presente informação sobre o sistema de ensino nos Territórios Ocupados, e particularmente no ensino superior, destaca-se uma questão de fundo que origina um número elevado de situações que só uma solução política pode fazer desaparecer - a interferência omnipresente de Israel na educação e na formação. Uma interferência que pode ir desde a mera elevação das taxas a pagar pelos palestinianos na importação de equipamento educativo à proibição temporária, "por razões de segurança", do ensino agrícola, ou de outro, ou mesmo ao encerramento das instituições, e às restrições ou à dificuldade da mobilidade, incluindo a de académicos estrangeiros envolvidos em programas de cooperação com instituições palestinianas de ensino superior e com a Autoridade Palestiniana.

Num outro plano, o do próprio sistema de educação, algumas alterações têm sido propostas. Destacamos aqui as que nos parecem mais fundamentais:

. a necessidade da delimitação urgente das responsabilidades do Ministério da Educação e do Ensino Superior e do Conselho para o Ensino Superior, uma solução podendo ser a que Nooijer sugere (op. cit. pp. 124-125) - o Ministério assumiria a responsabilidade política global do sector, a implementação real e a monitorização das políticas estratégicas ficando a caber a dois Conselhos - um para o ensino universitário e politécnico e o outro para o ensino técnico e profissional ministrado nos Colégios Comunitários;

. a necessidade de implementação de contactos regulares entre o sector da educação e os representantes dos sectores público e privado da economia e da definição de prioridades na formação do pessoal, nela incluindo o estabelecimento de programas de bolsas para estudos no estrangeiro;

. a necessidade de aprofundar a cooperação com instituições de ensino superior estrangeiro, integrando-a em programas que possam, no plano financeiro, reduzir muito significativamente os custos de um desenvolvimento consequente, mas sempre numa base de paridade que possa preservar a identidade cultural nacional.

NOTAS

(1) Birzeit (Birzeit) - 1972

Belém (Belém) - 1973

An-Najah (Nablus) - 1977

Islâmica (Gaza) - 1978

Hebron (Hebron) - 1980

Al-Quds (Jerusalém) - 1981

Aberta Al-Quds (Jerusalém) - 1985

Al-Azhar (Gaza) - 1991

(2) C.C. de Estudos Islâmicos (Jerusalém)

C.C. de Estudos Islâmicos (Qalqilia)

C.C. Al-Ummah

C.C. Al-Rawan

C.C. Técnico Al-Rahmeh

C.C. Ibrahimieh

C.C. An-Najah

C.C. de Ciência e Tecnologia Khan Yunis

Centro de Estágio Qalandia

Centro de Estágio Feminino de Ramallah

Centro de Estágio Masculino de Ramallah

Centro de Estágio de Gaza

Centro Religioso Palestino de Al-Azhar

C.C. Moderno

Colégio Bíblico de Belém

C.C. Feminino de Ramallah

C.C. Kadhouri

C.C. Al-Arroub

C.C. de Nablus

BIBLIOGRAFIA

ANABTAWI, S.N. Palestinian Higher Education in the West Bank and Gaza, London: KPI, 1986.

CUNHA, V.O. 9ª Conferência Anual da EAIE. In Millenium, nº 9, Janeiro 1998, pp. 50-51.

NAKHLEH, K. The Educational Sector in the West Bank and Gaza Strip: A Profile of What Exists and Recommendations for European Commission's Funding Intervention. Jerusalem, April, 1994.

NOOIJER, P.G. Higher Education in the Occupied Territories. Nuffic Papers 7, September 1996.

Palestinian Higher Education: a Unique Case in the Mediterranean Link - REPORT. Documento distribuído na Sessão 1.03 da 9ª Conferência Anual da EAIE, Barcelona, Novembro 1997.

PEACE PROGRAMME - Palestinian/European/American Cooperation in Education. Documento s/ data do Comité Orientador.

UMEHARA, M. Education Shaped by Political History in the West Bank and Gaza Strip. In: World Education News and Review, Vol. 8, no. 1, 1994, pp. 11-17.

UNESCO 1994 Statistical Yearbook. Paris 1994

UNESCO - Primary and Secondary Education in the West Bank and Gaza Strip: Overview of the System and Needs for Development of the Ministry of Education. June 1995.

WADI, J.A. University Linkage. Paper delivered at Session 1.03 - 9th Annual EAIE Conference. Barcelona, Novembro 1997.